



# BANCO RIBEIRÃO PRETO S.A.

CNPJ nº 00.517.645/0001-04

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores acionistas, conselheiros e clientes:** Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. – BRP, encerradas em 31/12/2024. Ao longo do 2º semestre, a economia mundial entrou em um ciclo de redução de taxa de juros. Em setembro, o Federal Open Market Committee (FOMC) iniciou por um corte de 0,5p.p., de forma até mais intensa do que esperado, sendo sinais de desintencimento no mercado de trabalho e inflação próxima à meta. A autoridade passou a equilibrar os pesos de seus dois objetivos de política monetária, não desejando um esfriamento mais acentuado. No último trimestre, com uma economia mostrando força, a autoridade americana voltou a subir, afastando-se dos 2%, enquanto a autoridade monetária passou a dar sinais de cautela em reduções adicionais. Em paralelo, a eleição de um novo governo, mais protecionista, trouxe à tona preocupações com os impactos inflacionários de políticas tarifárias, início de uma guerra comercial e um mundo menos multilateral. A busca por ativos mais seguros (especialmente, dólares), impulsionou a valorização da moeda frente às principais divisas internacionais. Na Europa, o BCE iniciou os cortes ainda no final do 1º semestre, trazendo a taxa para próximo de 3% em dezembro. Uma economia bem mais anêmica, com dificuldades em enfrentar os baixos preços de exportações chinesas, principalmente em bens industriais, e uma inflação que encorreu o ano bem próxima à meta de 2%, permitiram à autoridade europeia adotar uma postura de maior afrouxamento. Na economia chinesa, o desafio das autoridades foi impulsionar a economia, elevar a confiança e afastar o risco de deflação. Além de reduções nas taxas de juros, importantes medidas de estímulo foram anunciadas, principalmente no suporte aos governos regionais. Ao fim, apoiada em uma forte produção industrial voltada às exportações (com destaque para a alta

tecnologia), os chineses cumpriram a meta de crescimento de 5%. O Brasil caminhou em sentido oposto. O clima mais desafiador, com estagase prolongada, impactou custos de geração de energia e afetou a produção de alimentos. A economia também apresentou um dinamismo maior que o esperado, impulsionada pela expansão fiscal, crescimento de dois dígitos do mercado de crédito e um mercado de trabalho robusto, fatores que contribuíram para a sustentação da inflação de serviços. No campo fiscal, não obstante uma arrecadação recorde, os agentes passaram a uma postura cada vez mais cautelosa quanto à possibilidade de cumprimento das metas e estabilização da relação Dívida/PIB. A demora do governo em apresentar medidas de ajuste, o cenário externo desafiador e remessas de dividendos de multinacionais, contribuíram para elevação dos prêmios de risco e forte depreciação do real. A inflação acumulada em 12 meses saiu do piso 3,69% em maio de 2024, encerrando o ano em 4,83%, superando o teto da meta, enquanto a Selic acumulou uma elevação de 1,75p.p., encerrando 2024 em 12,25%. Ao final do ano, o lado real da economia terminou 2024 de forma exuberante, com pleno emprego, arrecadação recorde, empresas lucrativas, investimento robusto, crédito com ampliação de dois dígitos e PIB provavelmente acima de 3,5%. Infelizmente, a demora governamental no envio de propostas para redução do gasto público afetou a já cambalinda confiança dos agentes, o câmbio e a estrutura a termo de taxas de juros. O país encorreu o ciclo com uma singular situação de desconexão entre os resultados econômicos e a confiança necessária para reencargamento das expectativas e um ciclo econômico mais positivo. No exercício de 2024, o BRP continuou engajado nos pilares que sustentam o planejamento estratégico, focado incondicionalmente em atender as necessidades dos clientes, consolidando-se como

um banco de serviços "tradicional" e tecnológico "Banking as a Service" (BaaS), possibilitando aumentar a sua capilaridade junto a cliente e parceiros, consolidando-se cada vez mais nos principais pilares do Banco Central do Brasil, Pix, Open Finance e DREX. No projeto do Real Digital, no qual somos instituição líder do consórcio de bancos da ABBCC – Associação Brasileira de Bancos, na 2ª fase, iniciamos o desenho das arquiteturas e definição dos conceitos relacionados aos estudos de caso. O BRP vem posicionando na vanguarda tecnológica dos ativos criptografados pois acredita que a inovação tecnológica trazida pela blockchain, possibilitará uma maior democratização dos produtos e serviços financeiros para a sociedade. No projeto do Open Finance, nos tornamos a 3ª ITP – Iniciador de Transação de Pagamento do País a possuir autorização para prestação do serviço. Nesse ambiente, o BRP passa a disponibilizar a funcionalidade que permite o comando de uma transação do Pix em qualquer instituição detentora de conta de depósito ou de pagamento. Neste ano de 2024, o BRP permaneceu no Top 5 na projeção IPCA 12 meses pelo Boletim Focus do BACEN, ficando em segundo lugar de um total de aproximadamente 170 instituições que participam do ranking. Além disso, estivemos nas primeiras posições no podium do Prisma Fiscal, no Curto Prazo, Nas Despesas Total do Governo Central e no longo prazo para arrecadação das Receitas Federais, Receita Líquida do Governo Central e Dívida Bruta do Governo Geral. Estar no podium é o resultado da dedicação e trabalho de alta performance dos nossos especialistas, cuja missão é sempre manter o alto padrão dos serviços prestados, tanto para nossos clientes, quanto para a sociedade. Acompanhando as iniciativas do regulador (Banco Central), iniciu neste exercício, o projeto de duplicata escritural junto a certificadora, se preparando para ser um agente

de escrituração neste novo ecossistema. O BRP vem acompanhando as discussões no sistema financeiro sobre o Edital de consulta pública nº 108 que dispõe sobre a prestação de serviço de BaaS por parte das instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O BRP encerrou o exercício de 2024 com um total de ativos de R\$ 1.966,85 milhões, com a carteira de crédito expandida (Emprestimos, Financiamentos, Fianças, CPRs, CDCAs, CRAs, CRIs, FIDCs, Debêntures e FIP) representando R\$ 1.382,04 milhões. A carteira expandida aumentou em aproximadamente 27% com relação a dezembro 2023. O BRP manteve alguns títulos privados classificados na carteira como mantidos até o vencimento e possui capacidade financeira para mantê-los. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 32.391 milhões, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 248,95 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido anualizado, 13,9%. O total de depósitos, contemplando os depósitos a vista, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito Agronegócio (LCA) e Letras Financeiras (LF) somou R\$ 1.290,59 milhões. Ao final do exercício, o BRP apresentou uma reserva de liquidez de R\$ 133,84 milhões demonstrando sua capacidade de geração de caixa. O índice de capital principal representou 14,82% dos ativos ponderados pelo risco, excedendo o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, que é de 10,50% agregando o adicional de capital principal. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, do risco operacional, de mercado, de liquidez e de crédito encontram-se disponíveis ao acesso público na BRP, na instituição. Agradecemos: Agradecemos aos nossos clientes pela escolha do BRP, aos acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento do Banco Ribeirão Preto S.A. Ribeirão Preto, 15/02/2025. **A Administração**

Balancos patrimoniais – 31/12/2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2024	2023
<b>Ativo</b>			
<b>Disponibilidades</b>		4	38
Ativos de capital social			
Aplic Interfinanceiras de liquidez	4	-	170.037
Títulos e valores mobiliários	5	826.071	651.112
Relações interfinanceiras	7	111.581	8.474
Operações de crédito	8	466.900	789.208
(-) Provisão para perdas esperadas risco crédito	8	(13.910)	(8.669)
(-) Prêmio diferir	8(g)	(2.126)	(1.036)
Créditos a receber	22	17.184	17.543
Outros créditos	9	9.370	4.227
Ativos não financeiros mantidos para venda	16	18.699	17.200
(-) Provisões para desvalorizações	10	(2.043)	(2.043)
Investimentos e participações	11	14.426	11.088
Imobilizado de uso	12	3.262	3.103
(-) Depreciações acumuladas	12	(5.522)	(5.522)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.966.849</b>	<b>1.677.013</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	Capital social	Reserva de lucro
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>183.612</b>	<b>17.725</b>
Reversão JCP proposto 2022			
Integração JCP ao capital líquido no exercício		3.527	(3.527)
Destinações:			
Reserva legal			1.131
Juros sobre o capital próprio			15.837
Juros e dividendos dos acionistas		204.864	1.131
Lucros a disposição dos acionistas		16.968	(1.131)
Aumento de capital social			
Reversão JCP proposto 2023			
Integração JCP ao capital líquido no semestre		2.828	(2.828)
Destinações:			
Reserva legal			1.620
Juros sobre o capital próprio			22.674
Lucros a disposição dos acionistas		18	1.620
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>224.660</b>	<b>22.674</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>		<b>224.660</b>	<b>773</b>
Destinações:			
Reserva legal			847
Juros sobre o capital próprio			11.855
Lucros a disposição dos acionistas		18	1.620
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>224.660</b>	<b>22.674</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais – 31/12/2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2024	2023
<b>Passivo</b>			
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>			
Relações interfinanceiras	7 / 13	403.088	308.549
Depósitos	13	233.515	233.515
Depósitos aceites emissão de títulos	13	589.830	567.946
Obrigações empréstimos e repasses	14	366.327	326.481
<b>Outras obrigações</b>			
Sociais e estatutárias		7.255	3.579
Fiscais e previdenciárias		14.198	11.296
Fundamentos de investimentos		3.680	5.370
<b>Total do passivo</b>		<b>1.717.896</b>	<b>1.455.181</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		224.660	204.864
Reserva legal		1.620	1.131
Reservas de lucros		22.674	15.837
Outros resultados abrangentes			
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>248.953</b>	<b>221.832</b>
<b>Total passivo/patrimônio líquido</b>		<b>1.966.849</b>	<b>1.677.013</b>

Demonstração de resultado abrangentes - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	Capital social	Reserva de lucro
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>183.612</b>	<b>17.725</b>
Reversão JCP proposto 2022			
Integração JCP ao capital líquido no exercício		3.527	(3.527)
Destinações:			
Reserva legal			1.131
Juros sobre o capital próprio			15.837
Juros e dividendos dos acionistas		204.864	1.131
Lucros a disposição dos acionistas		16.968	(1.131)
Aumento de capital social			
Reversão JCP proposto 2023			
Integração JCP ao capital líquido no semestre		2.828	(2.828)
Destinações:			
Reserva legal			1.620
Juros sobre o capital próprio			22.674
Lucros a disposição dos acionistas		18	1.620
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>224.660</b>	<b>22.674</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>		<b>224.660</b>	<b>773</b>
Destinações:			
Reserva legal			847
Juros sobre o capital próprio			11.855
Lucros a disposição dos acionistas		18	1.620
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>224.660</b>	<b>22.674</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultado - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	Semestre findo em 31/12/2024	Exercícios findos em 31/12/2023
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>117.643</b>	<b>223.078</b>
Operações de crédito	8 (f)	66.510	126.746
Títulos e valores mobiliários	5 (c)	52.488	101.037
Instrumentos financeiros derivativos	6	(1.356)	(4.705)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(81.263)</b>	<b>(155.564)</b>
Operações de captação	13	(62.818)	(120.358)
Operações de empréstimos e repasses	14	(14.755)	(27.279)
Provisão perdas associadas risco crédito	8	(3.690)	(7.927)
<b>Resultado Bruto da intermediação financeira</b>		<b>36.380</b>	<b>67.514</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>21</b>	<b>(12.512)</b>
Receitas de prestação de serviços		1.923	3.684
Despesas de pessoal		(6.477)	(13.121)
Outras despesas administrativas		(7.362)	(15.424)
Despesas tributárias		(2.762)	(4.562)
Outras receitas operacionais		1	7
Participação em controlada	11	2.165	3.160
<b>Resultado operacional</b>		<b>23.867</b>	<b>41.259</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>22</b>	<b>3.112</b>
<b>Resultado antes tributação</b>		<b>26.979</b>	<b>45.602</b>
IR e CS	16	(8.495)	(10.262)
IR e CS corretas		(11.852)	(11.761)
IR e CS diferidos		3.358	1.498
<b>Participações no resultado</b>		<b>22</b>	<b>(1.549)</b>
<b>Lucro líquido</b>		<b>16.935</b>	<b>32.391</b>

Demonstração de resultado abrangentes - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	Semestre findo em 31/12/2024	Exercícios findos em 31/12/2023
<b>Resultado líquido</b>		<b>16.935</b>	<b>32.391</b>
Itens não reclassificados		-	-
<b>Resultado abrangente</b>		<b>16.935</b>	<b>32.391</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
<b>1. Contexto operacional</b>			
O Banco Ribeirão Preto S.A. ("Banco" ou "BRP"), banco múltiplo, com sede na Avenida Presidente Vargas n.º 2.121, 4º andar, iniciou suas atividades em 10/04/1995 e tem por objetivo a prática de operações inerentes às carteiras comercial, crédito, financeiro e leasing. O Banco é controlado pelo Banco Central do Brasil. O Banco tem missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico, atuando através de produtos e serviços financeiros e tecnológicos de altíssima qualidade que gerem impacto decisivos para o sucesso dos clientes. Isto tudo, trabalhando com agilidade, visando o relacionamento de longo prazo e criando valor para os clientes, colaboradores e acionistas. <b>2. Apresentação das demonstrações financeiras</b> As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão. Em 12/08/2020, o BACEN emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolidou os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/20 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário. As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações e aprovadas pelo Conselho de Administração em 14/02/2025. <b>a. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações Vigentes a partir de 19/03/2025.</b> (i) Resolução CMN nº 9.966, de 25/11/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. (ii) Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como procedimento de principal e juros, e a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. (iii) Resolução BCB nº 356 de 28/11/2023 Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo da capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOPAD), de que trata a Resolução CMN nº 4.958, de 21/10/2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11/03/2022. Vigente a partir de 01/01/2025. (iv) Resolução CMN nº 5.146 de 26/6/2024, que altera a Resolução CMN nº 966, de 25/11/2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os objetivos da normativa são simplificar a elaboração das demonstrações contábeis, facilitar a compreensão dos relatórios financeiros por investidores, órgãos reguladores e demais usuários do mercado, demonstrar uma visão mais realista do risco de crédito das instituições e reduzir as assimetrias entre as normas contábeis brasileiras (BR GAAP) e as normas internacionais. Com a implementação das normas de IFRS, foram elencadas como principais alterações: a estrutura da equipe técnica responsável pela condução e implementação do IFRS 9, as políticas internas que nortearam os procedimentos operacionais e as adequações sistêmicas/fornecedores, através da contratação de provedores de soluções para os sistemas legados que apuram a perda esperada através da metodologia simplificada distribuída por carteiras (C1 a C5). Em 23/11/2023, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução BCB nº 352, que define os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A resolução também aborda os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativos financeiros como SPPI ("somente pagamentos de principal e juros"), a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas. Estes critérios devem ser observados pelas instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e instituições de pagamento. A IFRS 9 introduziu conceitos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas esperadas e hedge accounting. As principais mudanças conforme a normativa são: classificação de instrumentos financeiros, taxa efetiva de juros da operação (TUEO), valor justo stop accrual, cálculo da perda esperada e renegociação e reestruturação da dívida. O BRP, em virtude das especificidades atreladas aos requerimentos contábeis obrigatórios, elaborou um modelo de classificação e mensuração, através da aplicação dos testes de SPPI (somente pagamentos de principal e juros). O BRP classificou os ativos financeiros em custo amortizado, valor justo no resultado ou valor justo em outros resultados abrangentes. O BRP realizou simulações durante o segundo semestre de 2024 para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução nº 4.966/21, em vigor a partir de 19/01/2025 que, em especial, revogou a Resolução CMN nº 682/99, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidez duvidosa. De acordo com as simulações efetuadas, espera-se um incremento no valor da perda esperada associadas ao risco de crédito em função da nova metodologia de provisão. A transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021 acarretará, segundo melhores estimativas, uma redução não superior a 2,93% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Abaixo o quadro resumo com os principais impactos esperados com transição da norma: <b>Ajustes Resolução CMN nº 966/21</b> <b>% Patrimônio Líquido</b> <b>Perda de crédito esperada para operações de crédito</b> <b>% Patrimônio Líquido</b> <b>Perda de crédito creditada para demais ativos financeiros</b> <b>% Patrimônio Líquido</b> <b>Mensuração de ativos em virtude da nova classificação da norma</b> <b>% Patrimônio Líquido</b> <b>Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito</b> <b>% Patrimônio Líquido</b> <b>Outros</b> <b>% Patrimônio Líquido</b>			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
<b>2. Composição por vencimento</b>			
Letras financeiras do tesouro			
Notas do tesouro nacional			
Certificados de recebíveis agronegócio			
Fundamentos de investimentos			
Certificados de recebíveis imobiliários			
Debêntures			
Fundamentos de investimentos			
Fundamentos de investimentos Privados			
Nota Comercial			
Compromissada títulos privados			
Operações de prestação de garantias			
<b>Negociação</b>			
Operações de direitos creditórios de agronegócio			
Cédula de produto rural			
<b>Mantidos até o vencimento</b>			
<b>Total Títulos e Valores Mobiliários</b>			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
<b>3. Composição por vencimento</b>			
Venci-das	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
<b>Letras financeiras do tesouro</b>			
Notas do tesouro nacional	-	-	371.228
Certificados de recebíveis agronegócio	-	-	54.751
Fundamentos de investimentos	-	-	24.523
Certificados de recebíveis imobiliários	-	463	52.067
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	25.360
Debêntures	-	-	24.523
Fundamentos de investimentos	-	-	35.198
Fundamentos de investimentos Privados	-	-	30.640
Nota Comercial	-	-	25.643
Compromissada títulos privados	-	-	2.694
Operações de prestação de garantias	-	-	6
<b>Negociação</b>			
Operações de direitos creditórios de agronegócio	-	-	7.060
Cédula de produto rural	-	-	192.274
<b>Mantidos até o vencimento</b>			
<b>Total Títulos e Valores Mobiliários</b>			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
<b>4. Composição por classificação A</b>			
Venci-das	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
<b>Letras financeiras do tesouro</b>			
Notas do tesouro nacional	-	-	333.846
Certificados de recebíveis agronegócio	-	-	27.678
Fundamentos de investimentos	-	-	31.260
Certificados de recebíveis imobiliários	-	3.595	

BANCO RIBEIRÃO PRETO S.A. CNPJ nº 00.517.645/0001-04										
16. Imposto de renda e contribuição social a. Conciliação de alíquota										
Custo líquido de depreciação					Exercícios findos em 31/12/2024					
Taxa a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023	2024		2023			
Móveis/equipamentos	4%	109	(52)	57	51	45.602	38.850	2.949	(3.175)	
Processamento de dados	20%	1.650	(1.007)	641	776	42.653	35.674	3.329	(18.270)	
Benefiteiras/instalações	10% a 20%	1.503	(462)	1.042	1.215	17.139	17.139	(17.737)		
<b>Instalações total</b>	<b>20%</b>	<b>1.503</b>	<b>(462)</b>	<b>1.042</b>	<b>1.215</b>	<b>28.245</b>	<b>34.543</b>	<b>(294)</b>	<b>(448)</b>	
<b>Saldo total</b>		<b>3.262</b>	<b>(1.522)</b>	<b>1.740</b>	<b>2.042</b>					
13. Depósitos e demais instrumentos financeiros a. Composição por vencimento										
Vencimento					31/12/2024					
		Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	2024		2023		
Depósitos		38.024	-	-	-	38.024	38.024	-	-	
Depósito à vista		-	2.650	12.088	280.755	295.494	295.494	-	-	
Depósito a prazo		38.024	2.650	12.088	280.755	333.518	333.518	-	-	
Relações interfinanceiras Vinculadas a compromisso de revenda: LTN (i)										
		403.088	-	-	-	403.088	403.088	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos e emissão de títulos - LCI/LCA										
Recursos de aceites		-	107.305	204.236	220.027	531.568	58.752	-	-	
e emissão de títulos - LCI/LCA		-	-	5.624	52.638	58.262	52.638	-	-	
LF - Letra Financeira		-	107.305	209.860	272.665	589.830	589.830	-	-	
<b>Total</b>		<b>441.112</b>	<b>109.955</b>	<b>221.948</b>	<b>553.421</b>	<b>1.326.436</b>	<b>1.326.436</b>			
Depósitos										
Depósito à vista		34.115	-	-	-	34.115	34.115	-	-	
Depósito a prazo		-	5.644	4.147	188.055	197.846	197.846	-	-	
<b>Total</b>		<b>34.115</b>	<b>5.644</b>	<b>4.147</b>	<b>188.055</b>	<b>231.961</b>	<b>231.961</b>			
Relações interfinanceiras Vinculadas a compromisso de revenda: LTN (i)										
		308.549	-	-	-	308.549	308.549	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos e emissão de títulos - LCI/LCA										
Recursos de aceites		-	32.036	113.732	297.839	443.607	443.607	-	-	
e emissão de títulos - LCI/LCA		-	-	119.320	5.018	124.338	124.338	-	-	
LFG - Letra Financeira Garantida		-	32.036	233.052	302.857	567.945	567.945	-	-	
<b>Total</b>		<b>342.664</b>	<b>37.680</b>	<b>237.199</b>	<b>490.912</b>	<b>1.108.455</b>	<b>1.108.455</b>			
(i) Operações compromissadas, com compromisso de revenda, com liquidações diárias. b. Composição das exposições dos instrumentos de captação, por indexador (*)										
31/12/2024					31/12/2023					
Valor	% de alocação	Valor	% de alocação							
CDI	856.437	96,7%	748.483	97,7%						
IPCA	28.887	3,3%	17.308	2,3%						
<b>Total captação</b>	<b>885.324</b>	<b>100%</b>	<b>765.791</b>	<b>100%</b>						
(*) exceto depósitos à vista e operações vinculadas a compromisso de revenda. O custo destes instrumentos de captação, está classificado no demonstrativo de resultado, na rubrica "Despesas da intermediação financeira - Operações de captação", no montante de:										
Semestre findo em 31/12/2024					Exercícios findos em 31/12/2023					
Custo de instrumentos de captação		(47.068)	(88.413)	(78.828)		(47.068)	(88.413)	(78.828)		
Custo operações compromissadas		(15.273)	(31.058)	(31.876)		(15.273)	(31.058)	(31.876)		
Fundo Garantidor de Crédito		(477)	(887)	(675)		(477)	(887)	(675)		
<b>Total Despesa Operações de captação</b>		<b>(62.818)</b>	<b>(120.358)</b>	<b>(111.379)</b>		<b>(62.818)</b>	<b>(120.358)</b>	<b>(111.379)</b>		
14. Obrigações por empréstimos e repasse										
Vencimento					31/12/2024					
		Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	2024		2023			
Repasse do BNDES (i)		-	4.119	4.119	-	-	-	-	-	
Repasse do FINAME (ii)		227	2.040	81.951	84.118	-	-	-	-	
Repasse FUNCAFÉ (ii)		9.296	245.311	23.483	278.090	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>9.522</b>	<b>247.351</b>	<b>109.453</b>	<b>366.327</b>					
Vencimento										
		Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	2024		2023			
Repasse do BNDES (i)		-	3.219	3.219	-	-	-	-	-	
Repasse do FINAME (ii)		-	48	37.695	37.743	-	-	-	-	
Repasse FUNCAFÉ (ii)		6.909	248.914	29.696	285.519	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>6.909</b>	<b>248.962</b>	<b>70.610</b>	<b>326.481</b>					
(i) Referem-se a repasses de recursos do BNDES/FINAME, com vencimento final até 2029, sobre as quais incide a Taxa de Longo Prazo (TLP), taxa fixa do BNDES (TFB), taxa Selic e dólar (TFBD). (ii) Referem-se a repasses de recursos do FUNCAFÉ, sobre as quais incide taxa de juros média de 8% a.a. (2023 – 8% a.a.) para os recursos liberados aos clientes e taxa Selic para os recursos ainda não liberados. No demonstrativo de Resultado, a rubrica "Operações de empréstimos e repasses", no valor total de R\$27.279 (2023 – R\$24.754), correspondem aos valores repassados pelos agentes financeiros na utilização de recursos direcionados, sendo, R\$14.170 (2023 – R\$13.639) para recursos do FUNCAFÉ repassados, R\$6.492 (2023 – R\$7.414) para recursos do FUNCAFÉ não repassados (remunerados à Selic) e R\$6.617 (2023 – R\$3.701) referente aos programas do BNDES/FINAME. 15. Outras obrigações										
Sociais e estatutárias					31/12/2024					
Juros sobre capital próprio		7.255	-	-	3.579	7.255	3.579	-	-	
<b>Total</b>		<b>7.255</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.579</b>	<b>7.255</b>	<b>3.579</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
Fiscais e previdenciárias					31/12/2024					
IR / CSLL corrente a recolher		-	12.393	9.843	-	-	-	-	-	
Encargos sobre folha de pagamento		-	758	757	-	-	-	-	-	
Outros impostos a recolher		-	1.047	695	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>14.198</b>	<b>11.296</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
Diversas					31/12/2024					
Participações no resultado		-	1.400	1.750	-	-	-	-	-	
Encargos trabalhistas		-	730	766	-	-	-	-	-	
Provisões para contingências (Nota 17)		-	155	310	-	-	-	-	-	
Outros		-	1.395	2.544	-	-	-	-	-	
<b>Total - Circulante</b>		<b>-</b>	<b>3.680</b>	<b>5.370</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Total - Não circulante</b>		<b>-</b>	<b>2.286</b>	<b>2.826</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>1.395</b>	<b>2.544</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da

Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos

relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos